

Preso na Operação Sinecuras, ex-presidente da Câmara Municipal de Araucária tem pedido de liberdade negado pelo STJ Criminal

Postado em: 24/05/2018

Um vereador e ex-presidente da Câmara Municipal de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, preso em abril deste ano durante a Operação Sinecuras, deflagrada pelo Ministério Público do Paraná, teve liminar em pedido de habeas corpus negada pelo Superior Tribunal de Justiça. A ação penal do MPPR, proposta por meio das Promotorias de Justiça da Comarca, trata dos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, peculato, fraude em licitações, falsidade ideológica e estelionato. A Operação Sinecuras foi realizada com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e trata do pagamento indevido por empresas a agentes públicos da Casa Legislativa em troca de apoio e aprovação de projetos de lei, em um esquema de "mensalinho" que envolvia diversos políticos do município. O vereador foi um dos presos na primeira fase da investigação. Conforme indicou o STJ ao indeferir o pedido de liminar, a decisão encontra suporte na necessidade de segregação cautelar em função da gravidade concreta do delito, principalmente diante do fato de que há indícios de que o investigado "continuou procurando o colaborador para alterar a verdade sobre os fatos, o que indicaria, inclusive, risco atual de reiteração delitiva." O MPPR foi notificado da deliberação nesta quinta-feira, 24 de maio. Ex-prefeito - O vereador em questão chegou a ser prefeito da cidade em dezembro de 2016, por ocasião do afastamento do então prefeito, preso pelo Gaeco durante a Operação Fim de Feira (relembre aqui). Saiba mais

Acesse aqui as matérias anteriores divulgadas a respeito da Operação Sinecuras. Informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação
(41) 3250-4469